



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 27.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1991.
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Emília Belinati, Geraldo Cartário, José Artur Ritti, Nelson Justus e Rafael Greca de Macedo (06).

Verificada a existência legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO:

SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida.
Em votação, aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, requero chamada nominal.

SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à

chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu retiro o pedido de chamada também.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiamento de discussão e votação para a proposição nº 089/90, que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (IPE), relativos à contribuição previdenciária patronal.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, na condição de Líderes das Bancadas Partidárias com assento nesta Casa, REQUEREM, proceda-se à discussão das proposições referentes a vetos constantes da Ordem do Dia de hoje, em dois blocos, conforme especifica, ressaltados os pedidos de destaque dos autores:

1º bloco - Proposições nºs: 002, 143 e 172/90, com pareceres pela manutenção e apreciação em Plenário, dos vetos.

2º bloco - Proposições nºs: 008, 139 e 180/90, com pareceres pela rejeição dos

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Deputado MÁRIO PEREIRA - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos, em caráter de urgência, para o asfaltamento da estrada que liga o município de BOA VISTA DA APARECIDA ao distrito de JUVINÓPOLIS no município de CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O subtrecho que liga BOA VISTA DA APARECIDA ao distrito de JUVINÓPOLIS, no município de CASCAVEL, tem uma extensão de 34 Km.

A inclusão do trecho no plano de obras da Secretaria de Estado dos Transportes, criará expectativas e euforias aos antigos pedidos da população da região, expectativas estas, que não podem ser frustradas.

A região é de acesso difícil, precário e essa precaridade se acentua enormemente nos períodos de chuva, tornando impossível para os moradores se movimentarem.

A rodovia mencionada, sendo pavimentada, terá efeitos decisivos no desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada. As ligações rodoviárias que unem as regiões produtoras devem ser prioritárias para facilitar o escoamento da produção e fazer circular as riquezas, portanto precisam estar capacitadas para responderem à altura o progresso decorrente do atual ritmo de desenvolvimento.

As tradições mais caras dos paranaenses na economia, na cultura paranaense, no espírito de trabalho, têm suas raízes naquela região, com seu crescimento vigoroso e administrativo por homens de maior responsabilidade político-social, consolidando-se como uma das primeiras rotas de penetração desenvolvimentista daquela importante região que liga o sudoeste ao oeste paranaense e aos grandes centros do país.

A importância incontestável do asfaltamento do trecho que liga Boa Vista da Aparecida ao Distrito de JUVINÓPOLIS no município de Cascavel, nos autoriza apresentar este requerimento para buscar o fortalecimento dos municípios e implantação do desenvolvimento de sistemas e processos administrativos, que facilitam a execução das políticas produtivas com o interesse comunitário.

Ressaltamos que: o trecho JUVINÓPOLIS e CASCAVEL está todo asfaltado, restando porém, pavimentação no subtrecho de Boa Vista da Aparecida ao distrito de JUVINÓ-

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Líder PMDB.

ERONDY SILVÉRIO - Líder PTB.

COLOMBINO GRASSANO - Líder PL.

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Líder PFL.

ALBINO CORAZZA - Líder PDT.

LUIZ CARLOS ALBORGHEZZI - Líder PRN e
1 ilegível.

REQUERIMENTO N° 787

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja determinada a juntada dos Projetos de Lei 110/91 e 84/91, tendo em vista o que preconiza o art. 121 da Resolução 159/90, e ao fato de que os mesmos tratam de matérias análogas, uma vez que ambos objetivam promover alterações na Lei 7777 de 13 de dezembro de 1983, ensejando a emissão de um único parecer das Comissões Permanentes.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados votos de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO NOBRE VIEIRA, ex-vereador do município de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um nome bem conhecido na vida política do município de Terra Roxa, do qual foi um dos pioneiros, tendo conseguido grande estima da comunidade pelas suas qualidades de homem público.

REQUERIMENTO N° 788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a concessão de voto de pesar, pelo falecimento de LAURA GARRIDO PEREIRA, digníssima esposa do ex-prefeito JOSÉ ALVES PEREIRA, do município de Ribeirão Claro - PR.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de pretender se homenagear postumamente, dedicada mãe de família e esposa, membro atuante da comunidade de Ribeirão Claro - PR. Requer outrossim que da homenagem prestada, seja comunicada a família enlutada à Rua Major João Leonel Carvalho, 638 - Ribeirão Claro - PR.

POLIS para ligar definitivamente aos centros maiores.

REQUERIMENTO N° 801

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio ao ilustríssimo engenheiro Francisco Gomide, Presidente da COPEL, de expediente deste Poder encaminhando denúncia e solicitando esclarecimentos sobre a compra de áreas para assentamento de terras, por aquela companhia, na cidade de Cascavel, neste Estado.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É de muita seriedade e gravidade a denúncia encaminhada a este Parlamentar, pelo Senhor Mário Mendes, colono da cidade de Cascavel.

Essas denúncias dizem respeito a irregularidade nas transações para compra de áreas destinadas ao assentamento de agricultores desapropriados.

No entanto, nos parece muito claro e acreditamos ser importante ressaltar, que não há envolvimento doloso da COPEL em tais irregularidades - se elas existirem.

Exatamente por estas razões e exercendo a função fiscalizadora inerente a esta Casa, solicitamos as informações e esclarecimentos da COPEL, em atenção à denúncia que acompanha o presente expediente.

Que do presente seja dada ciência ao Senhor Mário Mendes, Av. Brasil, 1.085, Cascavel, Paraná, CEP 85.800.

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Prof° Elias Abrahão, Secretário da Educação do Paraná, solicitando o estudo de medidas visando a agilização dos repasses aos municípios de verbas para pagamento dos professores conveniados.

Sala das Sessões, em 17.04.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Não se trata, absolutamente, de um problema do atual Governo. Há anos esse problema, de atraso no repasse dos recursos para pagamento de professores conveniados aflige os senhores Prefeitos Municipais, que acabam utilizando recursos próprios para tal, abrindo uma defasagem em seus orçamentos.

Entretanto, o Senhor Governador tem

dado conhecimento público de sua preocupação com a educação e com a agilização da estrutura administrativa do Paraná, com a realização de serviços com maior eficiência e objetivando eficácia nos resultados.

Assim, entendemos que é recomendável o estudo de medidas que visem eliminar, definitivamente, esse problema no repasse de verbas para satisfação de convênios com os municípios paranaenses.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos senhores prefeitos municipais do Paraná.

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Divisão de Serviços de Transporte Coletivo, do Departamento de Estradas e Rodagem, da Secretaria de Estado dos Transportes, encaminhando solicitação e abaixo-assinado (anexos) da comunidade da escola Estadual Mirazinha Braga.

Sala das Sessões, em 17.04.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Mobilizaram-se alunos, professores, pais e funcionários da Escola Mirazinha Braga, a fim de reivindicar a instalação de um ponto para parada do ônibus metropolitano "Tanguá", o mais próximo possível daquele estabelecimento de ensino.

Recentemente, o ponto mais próximo foi mudado, acarretando problemas para essa comunidade e, inclusive, expondo muitas crianças a situações perigosas, tendo em vista a necessidade de circular por vias movimentadas até chegar à escola.

Que do presente seja dada ciência à Diretoria da Escola Mirazinha Braga e ao Presidente da Associação de Pais e Mestres.

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Luiz Renato Pedrosa, solicitando a criação da Comarca de Santa Fé, abrangendo os seguintes municípios: Santa Fé, Flórida, Lobato, Nossa Senhora das Graças e o Distrito de Ângulo, que está sendo elevado a município.

Na oportunidade, esclarecemos que a Prefeitura Municipal de Santa Fé se dispõe a arcar com parte dos custos de criação da Comarca, tais como construção do Edifício

do Fórum, residências para Promotor e Juiz de Direito.

Sala das Sessões, em 17.04.91

(a) DURVAL AMARAL.

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Fé está vinculado, atualmente, à Comarca de Astorga, distante 45 (quarenta e cinco) quilômetros de sua sede Municipal, o que causa uma série de transtornos aos seus munícipes.

Por outro lado, Santa Fé se encontra em localização privilegiada para a criação de uma nova Comarca, abrangendo os municípios de Flórida (distante 15 Km), Lobato (10Km), Nossa Senhora das Graças (12 Km), Guaraci (15 Km) e o Distrito de Ângulo (20 Km), que atenderia a uma população estimada em 40.000 (quarenta mil) habitantes.

Assim sendo, a criação da Comarca de Santa Fé, legítima reivindicação daquela comunidade, em muito contribuirá para o desenvolvimento da região, bem como propiciará uma maior comodidade aos habitantes dos municípios acima citados.

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Secretário Nacional dos Transportes, ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao Chefe do Distrito Rodoviário Federal do DNER do Paraná e ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão das Rodovias BR 467, trecho Toledo-Cascavel, BR 369, trecho Cascavel-Campo Mourão e PR 182, trecho Toledo-Palotina, no programa de trabalhos de restauração, em caráter de urgência.

Sala das Sessões, em 17.04.91

(a) ALBINO CORAZZA.

JUSTIFICATIVA:

O estado de conservação das rodovias mencionadas pode ser classificado como ruim, proporcionando péssimas condições de tráfego, alto índice de risco, grande número de acidentes, dificuldade de escoamento da produção, elevadas cifras de prejuízos em danos materiais aos veículos e consideráveis perdas de vidas humanas.

A região atendida pelas rodovias supracitadas é, reconhecidamente, o principal celeiro de produção do Estado, cujo escoamento de grãos, matéria prima e produtos industrializados é feito integralmente por transporte rodoviário, sendo os trechos referidos a única via de interligação entre os principais centros regionais, que são, inclusive, as sedes das microrregiões administrativas do Paraná na região.

A intensidade de tráfego nessas rodovias é o principal fator determinante da

necessidade de urgente restauração, como mostram os números apresentados pelo DER:

1 - BR 467, Toledo-Cascavel: 3.236 veículo/dia;

2 - BR 369, trecho Cascavel-Campo Mourão: 1.775 veículos/dia;

3 - PR 182, trecho Toledo-Palotina: 1.533 veículos/dia.

A demora na restauração das rodovias nos trechos relacionados acarretará em prejuízos ainda maiores aos seus usuários e determinará demanda ainda maior de recursos posteriormente.

Os motivos expostos justificam o trabalho urgente de recapeamento das rodovias na Região Oeste do Estado, e para isso solicitamos parecer favorável do soberano Plenário.

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente, com cópia desta proposição, ao Ministro da Saúde, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde solicitando a instalação de um Centro de Radioterapia anexo ao Hospital Regional de Cascavel e a ampliação do número de leitos do mesmo hospital.

Sala das Sessões, em 17.04.91

(a) ALBINO CORAZZA.

JUSTIFICATIVA:

Existem atualmente somente dois serviços que prestam o tratamento de radioterapia em nosso Estado, sendo um em Curitiba e outro em Londrina, ambos com sua capacidade de atendimento saturada, o que lhes permite atender somente pacientes encaminhados e geralmente necessitados de tratamento urgente, fazendo-o 20 a 40 dias após o encaminhamento por absoluta falta de condição imposta pelo excesso de pacientes.

O Hospital Regional de Cascavel dispõe de uma equipe de cinco oncologistas que já realizam o tratamento cirúrgico e quimioterápico do câncer; dispõe de instalações paramédicas das mais completas do Estado com quatro laboratórios clínicos, dois serviços de radiologia e dois de tomografia e sua localização geográfica facilita sobremaneira o acesso de pacientes oriundos das cidades das regiões Oeste e Sudoeste do Estado.

A instalação deste serviço proporcionará inúmeras e significativas vantagens como: serão desafogados os serviços existentes; os pacientes serão poupados do cansaço e desconforto das longas viagens; será agilizado o atendimento aos doentes das regiões Oeste e Sudoeste, e consequen-

temente das regiões atendidas pelos dois centros já existentes; serão reduzidas substancialmente as despesas efetuadas pelo SUS com o transporte dos doentes por ambulância ou ônibus.

A estrutura física do Hospital Regional de Cascavel com seu centro cirúrgico e obstétrico, cozinha, lavanderia, centro administrativo, raio X, fisioterapia, UTI e outros, está projetada para atendimento a 420 leitos, mas atualmente só dispõe de 150 que, devido à grande demanda, estão praticamente sempre lotados, o que justifica a ampliação do número de leitos para o atendimento satisfatório à população das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, preservando-se uma distribuição equitativa, percentual sobre o número de habitantes, para cada município.

A matéria proposta é a grande aspiração do setor de saúde de toda comunidade oestina, tendo merecido, inclusive, ampla abordagem e manifestação da parte dos prefeitos dos municípios beneficiados, reunidos no encontro da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, dia 22 de março do corrente ano, na cidade de Medianeira.

Diante da importância e urgência que a matéria merece solicitamos o parecer favorável do douto Plenário.

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Antônio Faye, Diretor da Carteira de Crédito do Banco Central do Brasil S/A, visando permitir ao produtor a compra de milho onde quer que ele esteja e independentemente da sua condição de estar ou não vinculado a financiamento anterior.

Sala das Sessões, em 17.04.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A quebra na produção de milho verificada nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul exige a liberação de recursos federais para a Formação de Estoques.

A situação atual coloca de um lado grandes produtores do cereal, e do outro, grandes usuários do mesmo; há uma grande caça ao produto, dificultando demasiadamente a vida daqueles que precisam alimentar os suínos, as aves e o gado. As estimativas indicam a falta de aproximadamente 1.500.000 toneladas de milho para o abastecimento do mercado nacional.

O Banco do Brasil instituiu recentemente uma Linha Especial de Crédito para a estocagem da Safra 90/91, a qual, mesmo sendo importante, tem alguns aspectos que

não interessam, tais como; é vinculada diretamente aos créditos existentes junto ao Banco, tornando-se, na prática, uma prorrogação dos créditos de custeio; não permite ao criador que não possua financiamento anterior acesso aos recursos; exige que se compre o produto de clientes do Banco do Brasil, quando na realidade, não existe produto disponível para aquisição pois, nas regiões produtoras de milho já foram efetuadas as colheitas, estando o produto em mãos de não clientes do Banco do Brasil.

Assim sendo, o que se quer são recursos para a compra de milho onde ele esteja e independentemente da sua condição de estar ou não vinculado a financiamento anterior.

O pleito é justo e, se contemplado, irá dar as condições para os criadores paranaenses de se abastecerem.

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual Três Vendas, em Pérola.

Do aprovado, Requer, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causando grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de En-

sinó, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual Bento Mossurunga, em Umuarama.

Do aprovado, Requer, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de Ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino Escola Estadual Malba Tahan, em Umuarama.

Do aprovado, Requer, envio do solicitado ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se consideramos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se consideramos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se consideramos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de Ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao Estabelecimento de Ensino da Escola Estadual Tiradentes, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis

equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos Estabelecimentos de Ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para a Guarda Mirim Masculina, em Umuarama.

Do aprovado, Requer, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Ten. Geraldo Domaneschi, (Av. Portugal s/n°).

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes no município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Guarda Mirim Masculina, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, do Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc., para o Lar do Menor São Vicente de Paulo, em Umuarama.

Do aprovado, Requer, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Percidio Rabello Silva, (Recanto Alexandre Silveira).

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os

setores para as famílias carentes no município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Lar do Menor São Vicente de Paulo, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Ministra da Economia, ao Ministro da Infra-Estrutura, Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e respectivos Secretários da Administração, sugerindo a inclusão da participação dos servidores da ELETROSUL na discussão e decisão das questões relacionadas a corte de pessoal.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A solução para o país é o desenvolvimento e não a recessão e, assim, a continuidade das obras já iniciadas pela ELETROSUL como a Hidrelétrica de Itá, as termelétricas de Jorge Lacerda e Jacuí e sistemas de transmissão são fundamentais, pois beneficiarão toda a sociedade brasileira.

As demissões que vêm sendo realizadas pela ELETROSUL provocarão perdas na qualificação técnica e administrativa da empresa.

Mais de seiscentos servidores já deixaram a empresa por demissão incentivada, causando prejuízos significativos a toda a sociedade, que investiu - e muito - na formação específica desses profissionais.

A Associação de Profissionais da ELETROSUL - APROSUL, apresentou proposta à Diretoria da empresa, na qual se compromete a desenvolver ações, com a participação dos empregados, visando identificar estratégias e propor medidas que poderão representar economia superior àquela que seria obtida com as demissões propostas.

Assim, acreditamos ser de bom conselho ouvir tais propostas, abrindo uma linha de direção participativa nos destinos da empresa e contando, com isso, com a corresponsabilidade dos próprios servidores.

Que do presente seja dada ciência à Diretoria da ELETROSUL e da APROSUL.

REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, solicitando a gentileza de prestar informações:

1) Se são verdadeiras as notícias veiculadas pela imprensa sobre a sustação de licitações de obras licitadas pelo governo anterior;

2) Se existem obras paralisadas, caso afirmativo, relacioná-las;

3) Se existem obras com prioridades, caso positivo, quais;

4) Se existem processos licitatórios para novas obras, relacionar todas, até a presente data.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Julgamos ser esta a oportunidade para que efetivamente se abra uma ampla participação do Executivo com o Legislativo em questão de tamanha importância para manter o controle das ações conjuntas com o oferecimento de instrumento legal para um trabalho integrado e harmonioso, através de diretrizes básicas uniformes.

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a entrega do Título de Cidadão Honorário ao Senhor José Divino da Rocha, ato solene a ser realizado na sede da Universidade Popular do Trabalho, nesta Capital, em alusão ao Dia do Trabalho.

De conformidade com a Lei n. 9552, sancionado no dia 22 de junho de 1990 pelo Poder Executivo, a entrega de tal honraria não poderia se dar em outro momento. Considerado que o Dia Primeiro de Maio, Dia do Trabalho, esta Casa prestará uma justa homenagem, tendo em vista que a própria propositura de iniciativa do Deputado Rubens Bueno tem em sua justificativa esta finalidade, a de enaltecer a inestimável presença do trabalhador, não apenas no processo econômico, mas cultural, político e social, tantas vezes esquecido, notadamente no que respeita à distribuição de renda no Brasil.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com o intuito da construção de du-

zentos módulos sanitários na municipalidade de IRATI.

Consubstanciado na deliberação do Poder Legislativo, acatando o requerimento do nobre Vereador Orlando Aguilhon Júnior, se faz necessário o respaldo financeiro do Estado, a fim de viabilizar a urgente construção de módulos sanitários, há muito aguardada em face de convênio celebrado com essa Pasta. Cabe ressaltar o inegável alcance social da pretendida medida, destinada a um imprescindível requisito do saneamento básico em bairros populosos onde se concentram famílias de baixa-renda.

Aguarda-se a adoção de medidas para que, no menor prazo de tempo possível, haja a concretização deste pleito.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes e ao Ilustríssimo Senhor Chefe da Divisão dos Serviços de Transportes Comercial, para a realização de estudos objetivando a implantação de uma linha de ônibus entre as municipalidades de Irati e São João do Triunfo.

Somente a localidade de Angaí possui mais de quatro mil moradores. Situados em uma importante região produtora, a sua laboriosa comunidade vive o drama da falta de meios para se locomover a Irati ou a São João do Triunfo, cidades onde realizam diversos negócios, comerciais, bancários e a órgãos públicos. Para tal, tem percorrido aproximadamente dez quilômetros a pé até a BR-272, para aguardar o ônibus às margens da rodovia.

Assim sendo, a implantação de uma linha de ônibus representará a eliminação de um sério e inconcebível transtorno aos moradores de Angaí e adjacências, que anseiam há muito tempo em contar com esse transporte.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no sentido do respaldo financeiro para a construção de novas salas de aula na municipalidade de Teixeira Soares.

Atendendo a iniciativa do Senhor Prefeito João Francisco Roos, é vital a am-

pliação do número de salas de aula da rede pública municipal, há muito defasada com relação à crescente demanda. No entretanto, o Poder Público local, dada as conhecidas limitações financeiras, não dispõe de recursos orçamentários capazes de assegurar a realização da aludida obra.

Ademais, cabe ressaltar os grandes encargos que o Executivo tem que cumprir com a rede de ensino, no tocante à sua manutenção, tais como pagamento de professores, aquisição de material e equipamento e o transporte de alunos.

Pelos motivos expostos, espera-se um pronunciamento favorável ao presente encaminhamento, garantindo, no menor prazo de tempo possível, a liberação de verbas por parte desse Ministério.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 027/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterado o Art. 1° da Resolução n° 012/90, de 11 de abril de 1990, que passa a ter a seguinte redação:

"Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Aparecidinha do Oeste, desmembrando-o de São Miguel do Iguaçu, conforme especifica:

"Tem como ponto inicial o marco PESJ 47 da Bacia do Rio São João, indo em direção leste pela Poligonal Envolvente até o marco PESJ 237-A, seguindo deste marco da Poligonal Envolvente do Reservatório da Itaipu Binacional pelo Rio São João até sua nascente entre as estradas de ligação de Missal a São Miguel do Iguaçu e Missal a Medianeira, daí por divisa seca em direção ao Sul por mais ou menos 2.500 m, até a nascente do Arroio Lageado do Cedro, seguindo por este até atingir o marco PEO 899, seguindo deste marco pela Poligonal Envolvente do Reservatório da Itaipu Binacional até o marco PEO 1375, e deste pela Poligonal Envolvente do Reservatório da Itaipu Binacional até o marco PEI 328 da Bacia do Rio Itacorá, seguindo pela Poligonal Envolvente até o marco PEI-1, passando para a Bacia Rio São João, do marco PESJ 1 até o marco PESJ 47 da Poligonal Envolvente do Reservatório da Itaipu Binacional".

Art. 2° - Ficam mantidos os limites e as confrontações do perímetro urbano conforme descrição no Projeto de Resolução n° 012/90, de 11 de abril de 1990.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A proposta deste Projeto de Resolução, é redefinir as divisas e as confrontações da área para a criação do município de Aparecidinha do Oeste, a ser desmembrado do município de São Miguel do Iguaçu, para enquadrá-las nas poligonais envolventes do Reservatório da Itaipu Binacional, já que o projeto anterior não obedecia tal adequação e a Lei Estadual n° 7438, de 29 de dezembro de 1980, que criou o distrito administrativo de Aparecidinha do Oeste já estabelecia limites as poligonais envolventes do Reservatório da Itaipu Binacional.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 139/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1°, da Lei n° 9443, de 20 de novembro de 1990, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Vila Branca, com território desmembrado do município de Cerro Azul, com sede na localidade de Vargeão e com as seguintes divisas e confrontações: "começa no Rio Itapirapuã na divisa com o Estado de São Paulo, seguindo pelo Rio Itapirapuã até encontrar o Rio Ribeira na divisa distrital entre Cerro Azul e o Distrito de Varzeão, segue pelo Rio Ribeira até encontrar o Rio Turvo, seguindo pelo Rio Turvo até a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Castro, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Pirai do Sul, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Jaguariaíva, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Sengés, seguindo por esta divisa até encontrar o ponto de partida, o Rio Itapirapuã".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O escopo do projeto de lei em tela, prende-se ao fato de que houve erro no memorial descritivo da Lei 9443.

Este projeto de lei vem, portanto, corrigir o erro supracitado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerra-

da a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, vários assuntos me trazem a esta tribuna nesta tarde.

Queremos registrar desta tribuna um pedido veemente à Secretaria Nacional dos Transportes, para recuperação do trecho da Rodovia Federal 467, de Toledo a Cascavel, onde mais de 3.600 veículos diariamente percorrem este trecho transportando as riquezas do extremo oeste do Paraná. O estado de calamidade, a situação difícil daquele trecho rodoviário nos faz apelar para que as autoridades competentes federais, com a interferência das autoridades estaduais, se consigam urgentemente os recursos para que aquela rodovia não traga um prejuízo maior ainda à região, ao Estado e ao País.

Além da rodovia 467, também registramos a situação difícil da rodovia 369, Cascavel-Campo Mourão, e a rodovia BR-182, Toledo-Palotina. É o oeste do Paraná que reclama os seus direitos de poder transportar as suas riquezas produzidas pelo trabalho do povo do oeste do Paraná.

Também oportuno registrar nesta tarde a expectativa que o Paraná todo tem quanto a uma definição federal da agricultura, que o Paraná anseia por medidas que venham solucionar os seus graves problemas. Estamos lendo nos jornais que amanhã o governador do Estado e o secretário da Agricultura terão audiência em Brasília com o ministro da Agricultura, com a equipe da área econômica para trazer definições, porque o Paraná, que é o celeiro do Brasil, não tem mais condições de produzir. O extremo oeste do Paraná já está perdendo por falta de definição da política agrícola nacional; estamos já em 17 de abril, nessa época quase 50% da área plantada de trigo deveria estar com a semente na terra, e uma falta de definição das regras de valores justos impedem que os agricultores do oeste do Paraná possam plantar e produzir para alimentar o povo brasileiro. Temos em mãos aqui um veemente telex das cooperativas do Paraná, do presidente da cooperativa de Campo Mourão, onde coloca a triste realidade da situação dos Pró-agros, da falta de definição para o plantio de trigo; e o trigo não pode esperar que a burocracia de Brasília retarde mais; o plantio tem a hora certa e a hora certa já está passando. É necessário que o governador do Estado, em Brasília, não só solicite definição, mas exija os direitos que o Paraná tem de poder continuar produzindo. Queremos que na volta do governador de Brasília o Paraná possa, de imediato, começar o cultivo da planta do trigo e ter

os recursos que a agricultura precisa e merece para produzir e sustentar este País.

Meus colegas Deputados, queremos finalmente registrar aqui desta tribuna o envio de um requerimento ao ministro da Saúde, ao ministro da Previdência Social, ao Secretário de Saúde do Paraná, solicitando definição e recursos para o Hospital Regional de Cascavel. Estamos votando nesta semana projeto de lei do Executivo, definindo recursos para a conclusão do ambulatório médico do Hospital Universitário de Londrina. Estamos apoiando este projeto. Queremos que o oeste do Paraná também receba sua parcela. O Hospital Regional está necessitando, urgentemente, de serviço de radioterapia e ampliação do número de leitos do Hospital Regional. Este serviço de radioterapia funciona atualmente em Londrina.

Em Curitiba as filas fazem com que os doentes esperem até 40 dias para oportunidade de tratamento. A instalação deste serviço no Hospital Regional de Cascavel, virá atender toda a região oeste e sudoeste, evitando que os doentes tenham que se deslocar para Curitiba ou Londrina, com gastos e custos para o poder público e com mais sofrimento humano.

É urgente e é um dever do Estado, da União e é um direito da população cobrar e exigir um atendimento na região oeste, que todos os municípios do oeste do Paraná tenham este atendimento no Hospital de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) Ainda no pequeno expediente o Sr. Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Srs. parlamentares.

Registrando nesta oportunidade a presença do ilustre professor Ailton Gonçalves Celestino, autor da obra "Os Bucovinos no Brasil", que será editada ainda este ano, num resgate histórico a uma etnia representativa também da famosa "mancha loira" do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que se integrou, se amorenou, se mesclou com o tropeiro dos socavões do trecho do Viamão a Sorocaba e que foi a artéria aorta, a circulação rodoviária embrionária da integração de todo o nosso sul do Paraná, integrando o sul brasileiro com a região sudoeste brasileira.

Queremos requerer que conste nos anais desta Casa o convite para o primeiro "HALUSCHKIFEST". Como todos sabem, o "haluschki" é o alimento típico do bucovino. Este será em comemoração à Primeira Semana Bucovina de Rio Negro e Mafra. Mafra, Santa Catarina, cidade gêmea de Rio Negro.

Da lavra deste ilustre Professor, queremos que conste nos anais desta Casa as seguintes palavras:

"OS BUCOVINOS DE RIO NEGRO E MAFRA"

(Lê)

No mês de julho de 1991, Rio Negro e Mafra comemorarão festiva e condignamente os 104 anos das imigrações de colonos bucovinos.

Quem eram os bucovinos? Eles chegaram a Rio Negro em duas levas, a primeira em 1887, com 41 pessoas, e a segunda em 1888, com 336 componentes. Eram colonos de origem germânica, com raízes étnicas na Baviera, sul da Alemanha, de onde saíram no século 18, e cujo dialeto bávaro herdaram.

Os bucovinos eram pessoas de costumes simples, católicos fervorosos e de grande disposição para o trabalho na agricultura, na pecuária e nas atividades madeireiras, desenvolvidas na floresta bávara. A falta de terras levou-os a emigrar, nos anos 1800, para o Böhmer Wald, a floresta da Boêmia, hoje território da Tcheco-Eslováquia.

Novamente, pelos idos de 1840, a falta de espaço cultivável fê-los migrar, dentro do então Império Austro-Húngaro, do Böhmer Wald para a Bucovina, mais de 1.000 quilômetros percorridos a pé, pelas 42 famílias migrantes, às quais se juntaram outras 38 famílias de colonos da Eslováquia, da região de Tereblestie.

Estas 80 famílias formaram uma colônia fechada na Bucovina, ao pé das montanhas dos Cárpatos, região ao norte da atual Romênia. A vila de Poiana Miculi, que fundaram, apesar das dificuldades iniciais, cresceu e prosperou.

A comunidade vivia em clima de paz e progresso.

A necessidade de terras para as famílias novas e a preocupação com o bem-estar dos filhos, ocasionou as imigrações dos anos de 1887 e 1888 para Rio Negro que então se estendia até Lages ao sul, e até São José dos Pinhais, ao norte.

Os colonos bucovinos, na realidade alemães-boêmios e eslovacos, conservaram o dialeto bávaro e aprenderam o português. Prevaleceram tradições e costumes germânicos, herdados dos antepassados.

Após 104 anos, porém, muitas manifestações culturais antigas se perderam. Os bucovinos se propagaram a vastas regiões de Rio Negro e Mafra. Realizaram trabalhos de grande mérito, desbravaram com coragem e afinho as matas impenetráveis e intocadas que receberam do governo para colonizar. Sem ajuda, sem apoio, ajudaram a Rio Negro crescer, com seu trabalho e iniciativa criadora. Com seu dinamismo, deram novo ânimo a Rio Negro, que se projetou no cenário do Paraná. Adoraram a nova terra.

Adotaram-na como sua nova pátria. Entregaram-se a ela de corpo e alma.

A Bucovina dos antepassados é hoje, para os descendentes, uma página da sua história que se procura reler e dela assimilar os sábios ensinamentos e a cultura que os antigos trouxeram para o Brasil. Relembrar seus feitos, seu trabalho, seus exemplos e suas lembranças, é o trabalho que se propõe com a realização da I Semana Bucovina de Rio Negro/Mafra, no mês de julho vindouro. Busca-se a memória histórica, as tradições, o folclore e a cultura da Bucovina, dos antigos. Restabelecer o relacionamento das famílias e despertar a juventude para esta cultura, mantendo o respeito e a gratidão pela pátria brasileira, também são objetivos da Semana Bucovina.

Entre os eventos sócio-culturais, destacam-se especialmente o I HALUSCHKIFEST, desfile de trajes típicos, ciclo de palestras, festa popular, exposição de fotografias e objetos antigos, concurso escolar sobre origens étnicas, além da participação de bandas de música e grupos folclóricos tradicionais.

Senhor Presidente.

Solicito o horário da liderança.

Portanto, o nosso convite a todos os Parlamentares para que compareçam e privem da generosa hospitalidade da gente riomafrense; julho deste ano.

Os bucovinos, ao lado dos colonos alemães, poloneses, italianos, ucranianos e tantas e tantas etnias que se misturaram ao povo paranaense, confirmam mais uma vez que é um tabu, que é um falso dogma a tão propalada, a tão decantada e difundida timidez paranaense, frouxidão paranaense para enfrentar desafios e construir o seu amanhã, mas, confirmam a modéstia sim, mas com audácia, com força enfrenta os desafios da atualidade e constrói o seu futuro e caminha para a concretização do grande destino do nosso querido Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no pequeno expediente, com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, nobres Pares.

Hoje eu não faria uso da tribuna, mas devido às circunstâncias, o faremos.

Desde o começo da semana vem se discutindo o Porto de Paranaguá, e hoje aqui eu faço um convite em forma de apelo a todos os deputados e a toda a imprensa que se encaminhem a Paranaguá e vejam o descaso do que foi o governo Álvaro Dias para o Estado do Paraná e para o Porto de Paranaguá.

Existe no Porto de Paranaguá doado pela Portobrás há mais de quatro anos, um guindaste no valor de milhões de dólares que não foi usado por um simples motivo: porque o governo e a administração dos portos, não teve a competência de instalar uma subestação de energia.

Minha gente, gostemos ou não o governo do Paraná é exercido pelo PMDB através do Governador Roberto Requião, ao qual nós temos o dever de ajudar a conduzir o Estado do Paraná. E não interessa a facção política, interessa sim que o governo precisa da colaboração de todos os parlamentares, para que possa fazer um governo voltado aos interesses dos paranaenses.

E por isso, eu apelo a que todos os deputados e a imprensa, que vão, que visitem Paranaguá e questionem e vejam o descaso que é milhões e milhões de dólares doados pela Portobrás enferrujando ao relento do tempo.

Por isso, minha gente, o que nós devemos aqui, é ajudar ao Governador e simplesmente não venerar a imagem de um Governador que não fez nada pelo litoral do Paraná, e muito menos por Paranaguá. E eu acredito, muito menos, pelo Paraná.

Hoje, se o Poder Executivo for sincero, mostrará a todo o Paraná as condições em que ele pegou o Estado. Infelizmente, o Estado do Paraná não é aquela ilha da fantasia, que foi apregoada pelo Governador anterior.

O que nós queremos como deputados de uma região, como deputados de uma cidade que detém o melhor Porto nacional, é que todos os deputados nos ajudem nessa empreitada em ajudar o Governador, pois colocando este guindaste em operação, milhares de dólares virão ao Porto de Paranaguá, e conseqüentemente serão distribuídos por todos os municípios do Estado.

Minha gente, é muito importante que nós ajudemos o Governador em tudo que for justo ao povo paranaense. E este pedido que eu faço é um pedido sério, é um pedido voltado a ajudar a administração Roberto Requião; que vá até o Porto e procure, através do Secretário Mário Pereira, ver a realidade. Eu quero convidar a todos para irem a Paranaguá e olharem o sucateamento do Porto de Paranaguá. A grande obra do Governador Álvaro Dias em Paranaguá foi o asfaltamento dos paralelepípedos, que estavam lá há cinquenta anos na avenida Portuária. Não é isto que traz divisas. Não é colocar asfalto para caminhar estacionar que vai resolver o problema do exportador e do agricultor do Paraná, que temos nas tarifas portuárias um dos fatores do encarecimento dos produtos.

Por isso eu peço a todos: estejam em Paranaguá junto comigo para mostrar a todo o Estado do Paraná a verdade do maior por-

to do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Excelentíssimo Senhor Presidente, nobres colegas Deputados, nós queremos fazer menção nesta tarde ao projeto, que coube a mim relatar na Comissão de Constituição e Justiça, que trata de uma suplementação orçamentária que será destinado no valor de um bilhão, cento e sessenta milhões de cruzeiros para a construção do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Londrina.

(Lê):

"Fundada em 1971, a Universidade Estadual de Londrina, através de investimentos contínuos, montou uma estrutura privilegiada na área de saúde, destacando-se como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Nesta última ramificação prestando relevantes serviços à comunidade norte paranaense e até mesmo de outros estados como Mato Grosso do Sul e São Paulo. São mais de 200 municípios atendidos. Quem nessas regiões não conhece o Hospital Universitário de Londrina? Com certeza todos o conhecem.

Agora, com obras já iniciadas, está sendo construído o Hospital de Clínicas do Norte do Paraná, projeto ousado que aproxima a região das últimas conquistas tecnológicas do mundo e, reforçando a posição ocupada pelo H.U., continuará mantendo o atendimento que a U.E.L. sempre priorizou, público universal e Humano, mas altamente especializado.

O H.C. será indubitavelmente, um hospital de alto nível que contará com um elenco de serviços que vão desde a prevenção e o tratamento até os diagnósticos mais desenvolvidos em todos os campos da medicina.

Por outro lado, pelos modernos equipamentos com que contará, o H.C. trará avanços substanciais para os cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Bioquímica. Inclusive com a criação de novos cursos a nível pós-graduação e novas linhas de investigação científica, colocando a região de Londrina no mesmo nível dos grandes centros, de modo que os profissionais da área não precisarão se deslocar para outras regiões em busca de respostas e procedimentos.

Para se ter uma idéia do projeto, nobres Deputados, será construído um Centro Hospitalar, um Centro de Ciências da Saúde e um Centro de Reabilitação integral. Serão 110 consultórios que irão gerar uma média mensal de mil internações,

30 mil consultas e 80 mil exames laboratoriais.

Contará, ainda, o HC do Norte do Paraná, com um setor de queimados, preenchendo uma grande lacuna na região, que não conta com esta especialidade, com salas especiais como o setor de moléstias contagiosas que estará preparado para atender doenças como hepatite, meningite, sarampo e até mesmo AIDS, entre outras, além de uma completa clínica odontológica que permitirá os mesmos avanços no atendimento da população e ao ensino e à pesquisa na área.

Hoje, o Brasil vive um colapso no setor de saúde, a população carente agoniza em corredores e salas de espera, a Previdência Social vem sendo espoliada e roubada, tornando-se inepta às necessidades da população. O Paraná não pode parar e o Hospital das Clínicas representará a auto-suficiência de toda uma região do nosso Estado com a administração competente da Universidade Estadual de Londrina.

Por estas razões, solicito e reitero talvez nem necessário fosse pelo alto espírito de compreensão dos nobres Deputados - que seja aprovada em 2.^a discussão o projeto de lei de autoria do Poder Executivo, a qual coube-me a honra de relatá-lo na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A "Folha de Londrina" vem fazendo uma série de reportagens a respeito de alguns desmandos que estariam acontecendo na Polícia Federal do Estado do Paraná.

E é de direito que a imprensa, como a "Folha de Londrina" e os demais jornais, mas me reporto agora ao jornal da minha cidade de Londrina. Ela tem todo o direito de relatar nas suas páginas as denúncias de corrupção dentro da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Agora o que não se pode admitir é que se feche a Polícia Federal da Cidade de Londrina e quando a "Folha de Londrina" trouxe ontem estampada em sua primeira página: "Polícia Federal" deverá ser fechada, vários segmentos da sociedade da minha cidade, eu, o Deputado Durval Amaral enviamos expedientes ao Presidente da República, ao Delegado Romeu Tuma, e jamais poderia ocorrer isto no Estado do Paraná.

Londrina é a segunda cidade do Paraná e a terceira do sul do País. Já fecharam em Londrina a Superintendência da Caixa Econômica Federal. Disseram que era para

contenção de despesas. Não me interessa se houve ou não houve politicagem por trás desta palhaçada que fizeram contra a Cidade de Londrina, desta estupidez que fizeram contra a segunda maior cidade do Estado do Paraná. Agora, não poderíamos admitir que se feche a Superintendência da Polícia Federal de Londrina. Ora, Senhores deste Parlamento, é importante que se faça a averiguação: se o policial errar, se ele é corrupto, meta-o na cadeia, porque lugar de mau policial é na cadeia. Me reporto à tragédia de Cornélio Procópio, quando um soldado da Polícia Militar acabou matando um jovem estupidamente, foi afastado e se está tomando as devidas providências. Se ele errou, tem que ir para a cadeia e a mesma coisa tem que acontecer dentro da Polícia Federal. Se tivermos algum policial corrupto, arreglado com contrabandistas na minha microrregião, então nós temos que pegar o delegado, metê-lo na cadeia e o contrabandista também, porque o policial quando se arregla com contrabandista é porque ou ganha pouco, ou porque perdeu a vergonha na cara, não honra o distintivo a que se submeteu.

Por isso é que nesta tarde venho aqui dizer aos Senhores e está estampado na primeira página da Folha de Londrina: "A Polícia Federal garante que tudo não passou de um mal entendido e nega que vá fechar a Delegacia de Londrina". "O Delegado da Polícia Federal de Londrina, José Roberto Morel que, na segunda-feira disse que o fechamento fazia parte de um plano nacional de enxugamento" - mentira - "deu uma versão totalmente diferente ontem. Para ele, a divulgação do comunicado para transferência dos funcionários, foi um erro de transcrição no telex circular. O desmentido sobre o fechamento partiu do chefe do gabinete da Polícia Federal em Brasília, Dr. Mauro Spozzi".

Quer dizer, é brincadeira. Nós não podemos admitir que por causa de denúncias de corrupção se feche um órgão que está prestando - porque dentro da Polícia Federal nós temos bons delegados, nós temos bons agentes de segurança, como nós temos na Polícia Militar e como nós temos dentro da Polícia Civil, como nós temos dentro do Corpo de Bombeiros. Agora, não é por causa de uma maçã podre que nós vamos acabar com todo o pomar; não é por causa de uma laranja podre, que vamos acabar com todo o laranjal. Temos que expurgar sim, digo, temos que acabar sim, com os maus políticos, os maus médicos, com os maus advogados, com os maus funcionários. Temos que acabar com os maus delegados, enfim, - temos que limpar, limpar, limpar. Aquele que não presta, cadeia. Agora, aquele que presta, tem que honrar o salário que recebe e honrar principalmente a profissão a

que ele se submeteu.

Deixo registrado nesta Casa que a Folha de Londrina, nas suas denúncias, pede a apuração da corrupção, seja em Foz do Iguaçu, seja em Londrina ou seja em Curitiba ou em qualquer parte deste Estado e as denúncias da "Folha de Londrina" têm que ser averiguadas com muito carinho, com muita decência e com muito respeito, e que a Polícia Federal tanto de Foz, tanto de Londrina como de Curitiba, não seja fechada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Grande Expediente está com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho de uma reunião com o Governador Roberto Requião onde determinou que o Secretário de Segurança, Moacir Favetti, recolha em Curitiba todos os carros roubados disponíveis e que estão sob a proteção da Polícia Civil do Paraná, que estes carros sejam trazidos a Curitiba.

Qualquer homem público, qualquer homem responsável, qualquer um de nós que, conduzidos pelo voto popular, aqui estamos, repito: qualquer homem público, Senhor Presidente, Senhores Deputados, responsável tem que refletir e refletir muito seriamente sobre a triste situação em que se encontra o povo brasileiro. Digo isto porque fiquei estarelecido com a divulgação, mesmo que sutilmente, às escondidas para dizer a verdade, dos dados de 1990 da nossa Economia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Brasil em 1990, ano passado, teve uma queda de quase 5%, para sermos exatos 4,6%. O pior resultado que já tivemos num país em crise, com um crescimento populacional de quase 2%, ou seja, novos cidadãos em idade de trabalho de dois milhões e meio a três milhões precisando de trabalho. E nós caminhamos para trás, como carranguejo. O nosso PIB - Produto Interno Bruto -, um referencial importantíssimo acusou queda de 4,6%. Isto significa que, em média, cada brasileiro ficou mais pobre 4,6%. Nós sabemos que a minoria de privilegiados, esta casta de dez milhões de brasileiros que detêm 50% de nossa renda total, Senhores Deputados, não ficaram mais pobres, pelo contrário, ficaram mais ricos. Esses dez milhões, o Presidente Collor, em seu primeiro ano de poder, deixou-os mais ricos. Deixou esta casta mais rica. Subiu de 46% para 51% a participação na renda nacional. Em doze meses ficaram mais ricos 5% em menos de um ano do Governo do Presidente Collor. E foram os pobres, os descamisados, os pés descalços

tão falados que ficaram mais pobres. E como se reflete esta queda de cinco por cento? Como se reflete esta queda principalmente na mesa, na já magra e raquítica mesa do povo brasileiro?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os brasileiros, em 1990, comeram menos que em 1989, quando já vinham comendo pouco, comendo mal, pessimamente! Pois ficou pior em 1990, bem pior que em 1989.

Nosso jovem Presidente Collor o homem "roxo" que tanto prometeu, que tanto falou, que tantas pirotécnicas apresentou, conseguiu deixar nossos irmãos brasileiros com a mesa menos farta.

Aliás, farta, a mesa nunca foi a não ser para os privilegiados; dez milhões de brasileiros, que detêm mais de cinquenta por cento da renda nacional. Deixou a mesa mais pobre, sumiu da mesa do brasileiro o arroz com o feijão, é, o arroz com o feijão. Em 1990 um brasileiro comeu em média quinze quilos de arroz; em 89 ele comia 17 quilos; em 89 o brasileiro comia 17 quilos, quase 18 quilos de arroz; em 90 ele passou a comer em média 15 quilos de arroz, menos portanto, 11,9%, menos 11,9% feijão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o feijão que o nosso Paraná produz que nesses oito milhões e meio de quilômetros quadrados. E, poderia nascer em muitos outros lugares, não só aqui.

Pois bem, o brasileiro consumiu menos 12% de feijão em 1990, se comparado com 89, 12% a menos. E o arroz? Em 1989, cada brasileiro, conseguiu consumir em média 73 quilos; em 90 baixou para 71, uma baixa de 1,9%, é vergonhoso arroz e feijão, comidas típicas do povo brasileiro. Mas esta queda do nosso PIB, também se fez notar no consumo de óleo de soja, soja do nosso Paraná; se em 89 a média per capita foi de 14,5%; em 90 baixou para 13,6%; uma redução de 6,2%. E se formos pesquisar, deve ter ocorrido a mesma coisa em outros alimentos. A miséria Senhor Presidente, Senhores Deputados, a miséria ronda o Brasil, a miséria é uma matéria prima que está em abundância nos dias de hoje em nosso País ela está em abundância: é preciso nós Deputados do Paraná, refletirmos seriamente sobre isto, temos que estimular ações que corrijam estas situações, que busquem e que recuperem o crescimento econômico.

Precisamos criar novos empregos, precisamos manter empregados nossos trabalhadores e precisamos dar condições através de um salário decente, digno, para que o Pai de família possa comprar os alimentos necessários, o arroz, o feijão principalmente. E, notícias como estas de redução do nosso crescimento sócio econômico em 1990, de redução de consumo de alimentos básicos, é muito entristecedor, é no mínimo preocupante. Não podemos tolerar que

isto continue, não está havendo queda de consumo de caviar, não, pelo contrário, o consumo de caviar está aumentando não está caindo o consumo de champaghe, pelo contrário, o consumo está aumentando.

Eu me referi Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao consumo do dia a dia do feijão, do arroz, é claro, é muito sério e nós que fomos eleitos pelo povo, nós Deputados, que aqui estamos, - este povo não quer saber se isso é problema do Governo Federal, o povo não quer saber se é problema dos vereadores de Curitiba, ou dos vereadores de Sangés; o povo não quer saber se o problema é dos Deputados do Paraná, o povo quer resolver os seus problemas, principalmente, as necessidades básicas. Ainda ontem recebi um relatório do INNA, Instituto Nacional de Nutrição e Alimentação. É um nome bonito, é um nome até para País desenvolvido, não para País subdesenvolvido, só que eles divulgaram, eles divulgam essas matérias em boletins reservados. Eu não sei o porquê deste interesse em esconder as informações oficiais. Ainda ontem, neste informativo que eu recebi do INNA, li que nós temos no Brasil 13 milhões de nanicos! Treze milhões de nanicos, pessoas mal alimentadas, pessoas sem saúde, pessoas pequeninas, raquíticas. Estas pessoas esperam de nós, também, Deputados eleitos pelo povo, aqui no Paraná.

E eu tenho certeza que nós não ficaremos só no "falatório". Porque "falatório" não "enche barriga" dessa gente. "Falatório" não "enche barriga" das crianças famintas. "Falatório" não "enche barriga" do assalariado que está recebendo muito mal.

Mas, "falatório" pode-se transformar em realidade, pode-se transformar em projeto. E eu acho que nós, os Deputados eleitos pelo povo, temos responsabilidade, toda a vez que aqui chegar um projeto de alcance social, principalmente na área da agricultura. E o nosso Paraná está inserido nisso. O nosso Paraná, que já parte para a industrialização. E a industrialização forte. Este é um dos compromissos, principalmente da pequena indústria, principalmente das microempresas. É um compromisso do Governador Roberto Requião, em campanha. Está dentro do programadele e do programa de todos nós. Então, não podemos esquecer, de forma nenhuma, deste discurso de transformá-lo em realidade, dando a contribuição que nós podemos dar, para melhorar a situação deste povo, já tão cansado.

Agradeço, Senhor Presidente. Agradeço, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (ALGACI TÚLIO) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria de vários Senhores Deputados, Líderes das Bancadas do PMDB, PTB, PL, PFL, PDT, PT e PRN, constante do expediente, solicitando a votação em 02 (dois), blocos das proposições, referentes a vetos constantes da Ordem do Dia de hoje.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação para a Proposição nº 089/90.- Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu consulto, antes que a Mesa coloque em votação, se o requerimento do Deputado Antônio Annibelli encontra respaldo regimental, porque nós estamos, na Assembléia, tentando realmente cumprir o Regimento, que trata acerca de que todos os Vetos devam ser apreciados, por esta Casa. E, pelo que nos consta nós não poderíamos deixar de apreciar estes vetos na tarde de hoje. Se a Mesa entender que o requerimento tem procedência nós votaremos, caso contrário acredito que não poderemos votá-los.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Mesa recebe a sua Questão e Ordem e entende que é procedente uma vez que é veto e veto não pode sofrer adiamento, porque inclusive já decorreu o prazo pré-determinado, razão pela qual deixo de receber o requerimento do Deputado Antônio Annibelli.

Em votação o requerimento das Lideranças que solicita a votação em blocos dos vetos.

O DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a maioria destes vetos foram colocados já há muitos meses. Diz a Constituição Estadual que todos os vetos devem ser analisados 30 dias após o Senhor Governador ter vetado. Nós queremos consultar a Mesa da legalidade de se votar estes vetos, já transcorrido tanto tempo, e de qual é a responsabilidade da Mesa por não ter colocado na Ordem do Dia dentro do prazo definido pela Constituição Estadual e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Doutor Rosinha, a Mesa está atendendo ao disposto no parágrafo 6º do artigo 71 da Constituição Estadual que diz:-

"Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, que não flui durante o processo Parlamentar, o Veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, suspendendo-se as demais proposições até a sua votação final.

Em votação o requerimento de Liderança propondo a votação, em blocos, dos vetos. APROVADO.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitamos destaque para o Projeto de Lei nº 89/90, o 3º da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Já é o pedido feito pelo Deputado Antônio Anibelli.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/90 - VETO aposto ao Projeto de Lei nº 165/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que acresce parágrafos e itens à lei n. 1.211, de 16.12.53. Com PARECER da C.C.J., pela manutenção do veto, por unanimidade.

OF/DTL/SAT/n. 240/89

Curitiba, 15 de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 263/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 165/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo acrescentar parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 5º e item IV ao art. 8º, ambos da Lei n. 1.211, de 16 de setembro de 1953.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento por contrariar aos superiores interesses públicos e, ainda, por conter vícios de inconstitucionalidade. Tal assertiva decorre do resultado, por mim endossado, de estudos e análises feitos sobre a matéria, pela Secretaria de Estado da Cultura, cujo inteiro teor está consubstanciado nas "Razões de Proposta de Veto", firmadas pelo Senhor Secretário de Estado titular daquela Pasta e anexadas por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

Curitiba, quarta, em 17.04.91

vado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n. 165/89, encontra-se public. no DA. n. 62/89, de 29.06.89).

RAZÕES DA PROPOSTA DE VETO
AO PROJETO DE LEI Nº 240/89

IMPRECISÃO TÉCNICA

1. O Projeto de Lei nº 165/89 de origem da Colenda Assembléia Legislativa do Paraná, doravante indicado simplesmente como Projeto, padece de vícios formais e materiais que impedem a sanção governamental.

O primeiro e grave defeito do Projeto se contém no art. 1º, verbis:

"Art. 1º - Acresce parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 5º e item IV ao art. 8º, ambos da Lei nº 1.211, de 16 de setembro de 1953.

Art. 5º - ...

§ 1º - O tombamento de bens, voluntário ou compulsório, por lei estadual, se inicia pela abertura do processo respectivo, por solicitação do interessado ou por deliberação do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

§ 2º - Para os efeitos de que trata o § 1º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará, de imediato, mensagem à Assembléia Legislativa.

§ 3º - A deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo pela notificação assegura a preservação do bem, de responsabilidade do proprietário, até decisão final da Assembléia Legislativa.

Art. 8º - ...

I - ...

IV - Encerrado o procedimento de tombamento, voluntário ou compulsório, a inscrição definitiva em um dos livros tombado, depende de Lei".

2. Assim como se contém, o Projeto, se for convertido em lei, ensejará dificuldades de interpretação as mais variadas.

Como se depreende pela leitura do art. 5º da Lei nº 1211/53, o tombamento se fará voluntária ou compulsoriamente.

Se o proprietário anuir ao tombamento, ainda assim será necessária a existência de uma lei para determinar a inscrição, como pretende o legislador através da nova redação do art. 8º, no item IV?

E se os bens a serem tombados pertencerem ao Estado ou aos Municípios, como se fará? Mediante ofício, na forma do art. 4º da Lei nº 1211/53, ou através de lei estadual de iniciativa do Poder Executivo?

Deve-se salientar que mesmo em se tratando de bens pertencentes ao Município, o tombamento poderá ser compulsório, isto é, precedido das formalidades previstas pelo

art. 8º da Lei nº 1211/53.

Como então, proceder-se diante da omissão do Projeto?

INCONSTITUCIONALIDADE (I)

3. O Projeto é flagrantemente inconstitucional.

Dispõe o § 1º do art. 216 da Constituição Federal que

"O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação".

E o art. 191, da Constituição Estadual proclama que

"Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade.

Parágrafo Único - Cabe ao Poder Público manter a nível estadual e municipal órgão ou serviço de gestão, preservação e pesquisa relativo ao patrimônio cultural paranaense, através da comunidade ou em seu nome".

Tal órgão, a que alude a Constituição Estadual, é a Secretaria de Estado da Cultura, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, cujos membros (historiadores, arquitetos, professores universitários) são nomeados pelo Governador com mandato temporário e sem remuneração.

A este Conselho se deve, por exemplo, a histórica luta em favor do tombamento da Serra do Mar.

A composição do Conselho atende ao interesse público em face de seus membros exercerem destacados papéis na sociedade. A propósito vale citar os arts. 11 e 12 do Decreto nº 1178, de 6 de novembro de 1987 (Regulamento da SEEC):

"Art. 11 - Ao Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, órgão consultivo e normativo da política referente ao patrimônio histórico e artístico, instituído pela Lei nº 112, de 15 de outubro de 1948, compete a colaboração na formulação, no acompanhamento e na execução dos projetos desenvolvidos pela Secretaria nesta área.

Art. 12 - O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado da Cultura e constituído por mais 10 (dez) suplentes, indicados pelo titular da Pasta entre pessoas domiciliadas no Paraná e de notório reconhecimento na área do patrimônio natural, histórico e artístico, e nomeados pelo Governador do Estado".

A Lei nº 1211/53 alude à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

que atualmente é a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura.

4. O que pretende o Projeto é retirar da atribuição do Poder Executivo a iniciativa do tombamento, delegando-a ao Poder Legislativo.

Tal propósito é inconstitucional, conforme a clara disposição do parágrafo único do art. 7º da Lei Magna Estadual:

"Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro".

Como se infere da leitura do texto constitucional federal (art. 216, § 1º) o ato de tombamento é de natureza executiva. Não pode ser transferido ou delegado ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.

De relevo salientar que o art. 5º da Lei nº 1211 de 16 de setembro de 1953 corresponde ao art. 6º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que, no âmbito federal, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Os artigos 5º da lei estadual e 6º do diploma federal têm idêntica redação.

Verifica-se, portanto, que na experiência jurídica brasileira o tombamento é ato de iniciativa do Poder Executivo.

A propósito, vale transcrever a seguinte lição do Professor Hely Lopes Mello:

"Tombamento é a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, artístico, paisagístico, cultural ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas de acordo com a inscrição no livro próprio. É ato administrativo e não função abstrata da lei. A lei estabelece normas para o tombamento, mas não o realiza em cada caso". (Direito Administrativo Brasileiro, 11.ª ed, RT, São Paulo, 1985, p.539).

E logo em seguida o prestigiado jurista assinala:

"O tombamento se realiza através de um procedimento administrativo que conduz ao ato final de inscrição no livro tomo. Nesse procedimento deve ser ouvido o proprietário do bem, dando-se-lhe oportunidade de defesa na forma da lei e do regulamento pertinentes. Nulo será o tombamento efetivado sem atendimento das disposições legais e regulamentares, pois que, acarretando restrições ao exercício do direito de propriedade, há que observar o devido processo legal para sua realização". (Ob. e loc. cit., grifos nossos).

5. Finalmente, louvamos nas razões da deliberação unânime do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico na sessão de 1º de junho deste ano, o qual demonstra com clareza de sol mediterrâneo,

a inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 106/89 do qual o atual Projeto é mera repetição.

OFENSA AO INTERESSE PÚBLICO

6. O Projeto é manifestamente contrário ao interesse público.

Como é sabido, o procedimento administrativo do tombamento não pode estar sujeito à duplicidade de instâncias, assim como pretende o Projeto.

Não se admite que a instrução do procedimento se faça através do Poder Executivo e a inscrição no Livro Tombo através do Poder Legislativo, conforme estatui a nova redação que o Projeto pretende dar ao art. 8º, ao acrescentar o item IV.

Tal absurdo levaria ao extremo do Legislativo ser obrigado a discutir e votar uma lei específica para cada hipótese de tombamento.

Realmente um disparate!

7. O interesse público do tombamento e outras formas de preservação do patrimônio cultural vêm expressamente consagrado na Constituição Federal de 1988 e na recente Constituição do Estado do Paraná com mais ênfase que nos diplomas anteriores.

O Projeto contraria tal interesse na medida em que transfere ao Poder Legislativo decisão final sobre o que deva ser objeto de tombamento, retardando, assim, injustificadamente, providência de natureza célebre, resguardando o interesse de impugnação do proprietário.

8. As premissas que procuram justificar o Projeto são antagônicas à realidade do tombamento conforme bem demonstra a deliberação do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, ao anterior Projeto de nº 106/89, que integra estas razões.

A afirmação de que "o tombamento de bens pertencentes a particulares, no Estado do Paraná, tem gerado séria insegurança aos administrados que, não raramente são surpreendidos com decisões irrecorríveis de tombamento de seus bens". É destoante do que ocorre com os procedimentos instaurados perante o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. É afirmação mendaz e que ignora os excelentes serviços prestados pelo Conselho à causa da cultura paranaense e brasileira, assim como ocorreu com o tombamento da Serra do Mar.

9. Sem qualquer exagero pode-se afirmar que a prevalecerem o espírito e a letra do Projeto estará abolido o instituto do tombamento no Paraná e desvirtuadas as funções do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico com duplicidade de função, pois seria, como pretende o Projeto, o órgão de instância recursal, o que caracteriza desrespeito intolerável às

normas jurídicas vigentes.

10. Em face de tais razões e do conteúdo na moção do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, ao anterior projeto de nº 106/89, aguarda-se que o Projeto seja integralmente vetado posto que os eventuais desacertos do Conselho podem ser corrigidos na via administrativa por meio de recurso ao Chefe do Poder Executivo Estadual conforme os precedentes em anexo e referentes aos processos administrativos datados de 7 de agosto de 1973 e de 23 de outubro de 1984. Em ambos os casos os Governadores João Mansur e José Richa deram provimento aos recursos dos proprietários para revogar os atos de tombamento.

Assim sendo, o Governador do Estado tem a atribuição legal de conhecer de todo e qualquer recurso administrativo se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico cometesse qualquer abuso, o que não aconteceria com a nova redação que pretende o Projeto, uma vez que a inscrição definitiva dependeria de lei, ou seja, de decisão da Colenda Assembléia Legislativa.

Por último, resta ainda à parte que se considerar ofendida a garantia judiciária contra qualquer hipótese de lesão injusta.

INCONSTITUCIONALIDADE (II)

11. Além dos aspectos de visível inconstitucionalidade já apontados, outro existe e de caráter irremediável.

Com efeito, dispõe a Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro do corrente ano.

"Art. 70 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados".

A sábia disposição visa impedir o descrédito do Poder Legislativo como instância de segurança da ordem jurídica. Trata-se, a rigor, de texto compatível com a dignidade e a estabilidade que devem ter as instituições.

12. Na espécie, idêntica matéria já foi objeto do Projeto nº 106/89, de autoria do Deputado Paulo Furiatti.

Como é notório, o Projeto nº 106/89 foi aprovado pela Colenda Assembléia Legislativa do Paraná e sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, louvando-se, para tanto, nas razões apontadas por esta Secretaria.

E no mês de junho deste ano a Assembléia Legislativa manteve o veto.

Ora! A decisão implicou em condicionar a apresentação do Projeto (nº 165/89) à condição prevista pelo art. 70, isto é, a "proposta da maioria absoluta dos Deputados". Tal condição não foi atendida posto

que o atual Projeto é de iniciativa do Deputado Eduardo Baggio como se verifica pelo expediente oriundo do Poder Legislativo.

CRISE NAS INSTITUIÇÕES

13. É público e notório que o casuístico Projeto n° 165/89 pretende estancar o processo de tombamento do sítio histórico da Lapa.

14. A edição deste mês do Jornal Nicolau, editado sob a responsabilidade da Secretaria da Cultura, dedica duas memoráveis páginas ao aludido tombamento com o sugestivo título: "Lapa: passagem para o futuro".

O conteúdo da matéria constante do Jornal Nicolau bem demonstra o cumprimento do dever constitucional imposto ao Governo do Paraná no sentido de preservar monumentos históricos do maior relevo.

15. Terrível contratempo emerge com a hipótese de sanção do malsinado projeto. O nosso Estado estaria dando a demonstração visível de obscurantismo justamente durante o período que marca o início das comemorações do centenário da proclamação da República. E a Lapa foi indicada pelo Governo do Estado como cidade-referência de tais comemorações.

16. Se o Projeto de Lei n° 165/89 for convertido em Lei, o Paraná terá dado uma intolerável demonstração de hostilidade às preocupações da História.

Não se justifica, por motivos estritamente conjunturais, a desnaturação da Lei n° 1211, de 16 de setembro de 1953, que há mais de trinta anos vem prestando excelentes serviços à memória do Paraná.

Pretender que cada inserção no Livro Tombo dependa de lei assim como consta do inciso IV do art. 8° do projeto é frustrar, quando não abolir o instituto do tombamento. Chegar-se-ia à ridícula situação de exigir um projeto de lei específico para cada iniciativa de tombamento, fosse ele de um imóvel ou de um objeto móvel ou de uma... árvore.

17. O nosso País vive hoje a crise mais evidente de toda a sua história. Existem causas econômicas, políticas e sociais a explicar tal fenômeno como apontam os debates e as manifestações pré-eleitorais.

Porém, uma das razões essenciais da crise reside no descrédito nas Instituições. E uma das instituições sociais de maior significação é a lei quando expressa a vontade da maioria dos cidadãos.

Revogar total ou parcialmente uma lei por interesses conjunturais e de grupos ou de pessoas contribui para o processo de descrédito das instituições.

18. O autor do Projeto destaca em sua modesta justificativa:

"...é na Assembléia Legislativa que se encontram os legítimos representantes dos administrados..."

Mas e o Governador eleito pelos cidadãos também não é um de seus legítimos representantes? E os membros do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico escolhidos pelo Governador, não possuem também essa qualidade nas funções para as quais são designados?

E os integrantes do Poder Judiciário, constitucionalmente providos em seus cargos, também não são representantes legítimos do povo?

19. O instituto do tombamento, de perfil constitucional e fisionomia cultural é muito bem sistematizado na Lei n° 1211/53.

Para as hipóteses de abuso no procedimento a própria lei e o sistema positivo dispõe de remédios adequados. Entre eles está a revogação do ato de tombamento pelo próprio Chefe do Poder Executivo.

E quando assim não fosse, o Poder Judiciário é a instância também legítima para intervir em favor do prejudicado.

20. São estas as razões submetidas ao crivo da Divisão Técnico Legislativa do SAT e do Excelentíssimo Senhor Governador, na esperança de que o malsinado Projeto n° 165/89 não se transforme em Lei, depreciando o bom conceito de nosso Estado perante a comunidade brasileira que se dedica à missão de preservar a História.

21. A iniciativa do Governador Álvaro Dias, vetando o Projeto n° 106/89, foi nacionalmente comemorada como se verifica pelo voto de louvor oriundo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e também de manifestações de entidades ligadas à causa da memória nacional.

Curitiba, 13 de dezembro de 1989.

(a) RENÉ ARIEL DOTTI

Secretário de Estado da Cultura

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA RELATÓRIO

PROPOSIÇÃO N° 002/90 - VETO TOTAL AO
PROJETO DE LEI N° 240/89

SÚMULA: Acresce parágrafos e itens à Lei 1211 de 16 de setembro de 1953.

Aprovado em Plenário em data de 27 de novembro de 1989, o Projeto de Lei 165/89, de autoria do ilustre Deputado Eduardo Baggio, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, tempestivamente, vetou-o em sua totalidade.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 18 de dezembro de 1989, através do Ofício DTL/STA/N° 240/89, protocolado sob n° 11691, e, em forma de Proposição, foi autuado sob n° 002/90.

Finalmente, à 06 de março de 1991, o veto foi encaminhado a esta Comissão para emissão do necessário parecer.

O veto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado se ampara nos fundamentos expendidos no parecer emitido pelo então Secretário de Estado da Cultura, o eminente e culto Professor Dr. René Ariel Dotti.

Analisando o bem fundamentado parecer, me convenci que o veto governamental é inteiramente procedente, pois que o projeto fere frontalmente disposições consagradas no § 1º do art. 216 da Constituição Federal, e arts. 7º e 191 da Constituição Estadual.

Além do mais, o parecer aponta, com muita propriedade, transgressão constitucional irremediável, pois que a iniciativa do autor do projeto não obedece determinação contida no art. 70 da Constituição Estadual que estabelece normas e procedimentos especiais para reapresentação de projetos que envolvam matérias já discutidas e rejeitadas. "Verbis":

"A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados."

No caso em estudo, idêntica matéria já fora objeto de projeto (106/89) de autoria do Deputado Paulo Furiatti, cujo veto apostado pelo Senhor Governador do Estado foi mantido pelo Plenário em reunião realizada no mês de junho do ano de 1989, ou seja, na mesma sessão legislativa em que foi apresentado o projeto em discussão.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres Membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja MANTIDO.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 143/90 - VETO apostado ao Projeto de Lei nº 285/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros, que obriga os órgãos da administração direta, indireta, fundacional e empresas de economia mista do Estado, a encaminhar a exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para seu uso, cuja utilização deva ser por si administrada. Com PARECER DA C.C.J., PELA MANUTENÇÃO DO VETO, POR UNANIMIDADE.

Curitiba, 20 de julho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 157/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 285/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos:

1. O projeto estabelece a obrigação de a Administração direta, indireta, autárquica e fundacional, submeter à aprovação da Assembléia Legislativa atos que impliquem qualquer forma de alienação de veículos, máquinas e equipamentos. Os mesmos entes da administração têm ainda a incumbência de submeter à apreciação do Poder Legislativo operações dessa natureza praticadas nos dozes meses que antecederam a publicação da lei que advirá do projeto nº 285/90.

2. O projeto de lei é vetado por manifesta inconstitucionalidade, que se traduz na afronta direta do próprio sistema político e administrativo. Ao impor essa obrigação ao Poder Executivo e aos entes sujeitos à competência hierárquica deste, o projeto de lei introduz em um aspecto particular e específico, a co-participação do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Executivo. Ao fazê-lo, desvenda-se muito clara a violação do princípio constitucional básico e fundamental: o da independência e da harmonia dos Poderes, inscrito na Constituição da República (art. 2º) e transposto, como norma extensível de organização estadual, no art. 7º da Constituição promulgada pela Assembléia Constituinte do Paraná.

Com isso, o Poder Legislativo investe-se de parcela de competência do Poder Executivo, passando a deliberar sobre a conveniência, oportunidade e a própria legalidade intrínseca de atos que o sistema constitucional confere ao Executivo. Isso quebra, sendo desnecessária maior argumentação, a estrutura desse sistema, permitindo a invasão de competência e atribuições, caracterizando em última análise, o comprometimento e prejuízo ao "livre exercício" de um dos poderes. E esta é a cláusula na qual a Constituição da República (art. 34, IV) autoriza a intervenção federal.

4. Não se pretende negar ou excluir a competência ou a prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar a ação do Executivo. O sistema consitucional admite isso e confere os mecanismos e instrumentos para que essa competência se efetive. Esses mecanismos, os consagrados "cheks and balances", têm contudo, procedimentos e sobretudo momentos adequados para a sua atuação. E de regra atuam após

a prática dos atos ordinários de administração. Se medidas que o Executivo pretende adotar ou está executando são passíveis de questionamento pelo filtro do interesse público, o Poder Legislativo pode investigá-las pelas suas comissões especiais. Os atos que já foram praticados são ordinariamente submetidos a pareceres que vinculam sua ultimação ao referencial da legalidade; além disso, rotineiramente são postos ao crivo do Tribunal de Contas, com o julgamento final pelo próprio Poder Legislativo.

5. Ainda que se tenha presente que o atual sistema constitucional caminha para o parlamentarismo, a distribuição dos poderes não deixa dúvidas sobre a subsistência do Poder Executivo, sua coexistência harmônica e sua independência face o Poder Legislativo. E essa independência é demarcada pelo exercício da competência, que será violada se for viabilizado o projeto de lei n° 285/90.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 285/90 encontra-se publicado no D.A. n° 49/90, de 08.05.90)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 285/90

PROPOSIÇÃO N° 143/90 - VETO TOTAL

SÚMULA: Ficam os Órgãos da Administração Direta, Fundações e Empresas de Economia Mista do Estado, obrigados a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia, todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso cuja utilização deva ser por si administrada.

Aprovado em Plenário em data de 07 de junho de 1990, o Projeto de Lei n° 285/90, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, tempestivamente, vetou-o em sua totalidade.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 30 de julho de 1990; através do Ofício DTL/N° 216/90, protocolado sob n° 6.398, e, em forma de Proposição, foi autuado sob n° 143/90.

Finalmente, à 06 de março de 1991, o veto foi encaminhado a esta Comissão para

emissão do necessário parecer.

Em suas razões de vetar, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado alega, em síntese, que o projeto "se traduz na afronta direta ao próprio sistema político administrativo", e que se constitui em "muito clara violação do princípio constitucional básico e fundamental: o da independência e da harmonia dos Poderes, inscrito na Constituição da República (art. 2°) e transposto, como norma extensível de organização estadual, no art. 7° da Constituição promulgada pela Assembléia Constituinte do Paraná." (sic).

Concordo plenamente com a alegação de inconstitucionalidade, o que me convence que o veto governamental é inteiramente procedente, ainda mais se atentarmos para a evidência de que a Constituição Estadual, em sua Seção VII - artigos 74 "usque" 78, estabelece os mecanismos necessários à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, e que poderão e deverão ser utilizados não só pela Assembléia Legislativa, mas também pelo Tribunal de Contas do Estado, e ainda por qualquer cidadão, partido político ou entidade sindical.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres Membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja MANTIDO.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 172/90 - veto apostado ao Projeto de Lei n° 395/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto (empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS, situado em São Mateus do Sul/PR). Com PARECER da C.C.J., pela apreciação da matéria em Plenário.

Curitiba, 13 de novembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 286/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 37, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 395/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a subscrever participação, no

montante de até Cr\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), no empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS, denominado Módulo Industrial do Xisto, situado em São Mateus do Sul, neste Estado. Ainda, que tal participação poderá ser realizada através de instituição financeira sob controle estadual ou mediante outro mecanismo negociado junto à Petróleo Brasileiro S.A., que estabeleça as compensações e direitos decorrentes do investimento feito, e será apropriada de verba de despesas de capital do Orçamento corrente, revisado no exercício.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento em face de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, segundo o qual:

"A proposta de subscrever participação no montante de Cr\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros) no empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS, denominado Módulo Industrial do Xisto, situado no Município de São Mateus do Sul, não tem cobertura orçamentária no exercício de 1990, face a necessidade de serem equacionados recursos para atendimento às demandas orçamentárias pendentes na Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP, desta Secretaria de Estado, principalmente àquelas destinadas ao pagamento do funcionalismo público estadual, ou seja, para cobertura de despesas com pessoal e seus encargos, conforme Informação n° 57/90-COP.

Por outro lado, pela própria Constituição Estadual é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, consoante o disposto no inciso I do Artigo 135.

Como os recursos de que trata o Projeto de Lei ora em análise, seriam canalizados para aumento de capital da Petróleo Brasileiro S/A e, baseados no Art. 87 inciso XIX da Carta Estadual, entendemos que assunto dessa natureza se constitui em atribuição do Governador do Estado, tratando-se, portanto, de iniciativa do Poder Executivo, mediante autorização legislativa. Convém alertar que por tratar-se de matéria orçamentária, há que ser observado ainda, os mandamentos constitucionais expressos no Art. 133.

Face ao exposto, por ser a PETROBRÁS uma instituição federal, quer nos parecer que à União caberia o ingresso de tais recursos.

No entanto, face aos benefícios que tal investimento possa trazer ao fortalecimento da política de industrialização do Estado do Paraná, sugerimos "que o assunto possa ser objeto de uma análise mais aprofundada, na tentativa de viabilizar tal proposta em outro exercício financeiro"...

Esses os motivos que me levaram a ve-

Curitiba, quarta, em 17.04.91

tar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 395 encontra-se publicado no D.A. n° 86, de 06.08.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Protocolo 9148/90

Projeto de Lei 395/90

Veto - Ofício DTL/329/90

Súmula: Projeto de Lei do Deputado Anibal Khury, que autoriza a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto, em São Mateus do Sul.

Trata-se de veto integral, ao projeto de lei que autorizou o Governo do Paraná subscrever participação, no montante de até Cr\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), no empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS, denominado Módulo Industrial do Xisto. A respeito, pronunciou-se a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, que disse "que a proposta não tem cobertura orçamentária, no exercício de 1990; também alega ser inconstitucional, pois trata-se de projeto cuja iniciativa deva ser do Governador. E também por tratar-se de programa não incluído na lei orçamentária anual". Reconhece o Senhor Governador os benefícios que tal investimento possa trazer ao fortalecimento da política de industrialização do Estado do Paraná, recomendando a sua "apreciação em outro exercício financeiro".

Somos favoráveis à apreciação da matéria pelo douto Plenário!

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Senhores Deputados favoráveis ao Veto votarão com a cédula Sim, os que forem contrários com a cédula Não.

Solicito ao Senhor 1° Secretário, que proceda à chamada dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada para a votação.

Votaram 42 (quarenta e dois) Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo uma Comissão constituída pelos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Alceu Swa-

rowski, Paulo Maia e Nelson Garcia, para compor a Comissão escrutinadora.

Votaram 42 Senhores Deputados.

Vinte e oito Senhores Deputados pela manutenção do veto; quatorze Senhores Deputados pela rejeição.

Estão mantidos os vetos.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 008/90 - VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n° 182/89, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação de terras em Marilândia do Sul. Com PARECER DA C.C.J. PELA REJEIÇÃO DO VETO, por unanimidade.

Curitiba, 12 de janeiro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 302/89, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n° 182/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a desapropriar os lotes de terras sob n.º 01 e 02 AGS-02, situados em Eldorado, no município de Marilândia do Sul, denominados "Castelo Eldorado", considerando-se ser este de utilidade pública sob o aspecto cultural, turístico e científico, estabelecendo que dita área constituir-se-á em parque florestal a ser protegida na forma estabelecida no art. 1°, itens II, III e IV, da Lei Federal n° 6.513, de 20 de dezembro de 1977, e adotar outras providências.

O veto parcial aposto incidu sobre o art. 2°, tendo em vista que o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, ao examinar a matéria, asseverou:

"Os parques estaduais são criados por ato do governo nos termos do Código Florestal e dessa forma não há inconveniente na aprovação de uma Lei que autoriza o Poder Executivo a praticar esse ato, no entanto, no que se refere ao art. 2° do Projeto de Lei, entendemos desnecessário, pois poderá apenas complicar a situação, colocando a área sob o regime da Lei Federal n° 6.513, de 20 de dezembro de 1977, quando a constituição de reserva não permite a destinação de áreas de recreação e lazer como ocorre nos Parques."

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 182/89 encontra-se publicado no D. A. n° 66, de 08.08.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

PROJETO DE LEI N° 182

RESOLUÇÃO N° 008/90 - VETO PARCIAL

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder à desapropriação de terras em Marilândia do Sul.

Aprovado em Plenário em data de 20 de dezembro de 1989, o Projeto de Lei n° 182/89, de autoria da ilustre Deputada Irondi Pugliesi, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, tempestivamente, após o seu veto parcial, tendo este incidido sobre o art. 2° do mencionado projeto.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 16 de janeiro de 1990, através do Ofício DTL/SAT/N° 18/90, protocolado sob n° 420, e, em forma de Proposição, foi autuado sob n° 008/90.

Finalmente, à 06 de março de 1991, o veto foi encaminhado a esta Comissão para emissão do necessário parecer.

Em suas razões de vetar, o Senhor Governador não atendeu os critérios estabelecidos pelo § 1° do art. 71 da Constituição Estadual, porquanto não alegou a inconstitucionalidade do projeto, e nem tampouco argüiu a ocorrência de qualquer fato que pudesse caracterizá-lo como sendo contrário ao interesse público, únicos motivos que poderiam ensejar o seu poder de veto.

É evidente pois, que quaisquer outros motivos, afora àqueles contemplados constitucionalmente, deverão ser desconsiderados.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres Membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja REJEITADO.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 139/90 - veto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 300/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a Associação Projeto Vizinhanças Beneficente dos moradores do bairro Uberaba de Cima (APROVIZIN), com sede e foro nesta capital. Com PARECER da C.C.J., pela REJEIÇÃO

Curitiba, 10 de julho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 163/90, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 300/89, tendo o veto incidido sobre seu art. 2º, que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 300/89 encontra-se publicado no D.A. nº 96, de 31.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

PROPOSIÇÃO Nº 139/90 - VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 300/89

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Vizinhanças Beneficente dos Moradores do Bairro Uberaba de Cima - APROVIZIM.

Aprovado em Plenário em data de 12 de junho de 1990, o Projeto de Lei 300/90, de autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, tempestivamente, após o seu veto parcial, tendo este incidido sobre o artigo 2º do mencionado projeto.

O veto foi devidamente encaminhado à Presidência desta Casa em data de 18 de julho de 1990, através do Ofício DTL/Nº 181/90, protocolado sob nº 6188, e, em forma de Proposição, foi autuado sob nº 139/90.

Finalmente, à 06 de março de 1991, o veto foi encaminhado à esta Comissão para emissão do necessário parecer.

Valendo-se de suas prerrogativas constitucionais o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado houve por bem vetar o artigo 2º do Projeto 300/90, porque, segundo seu entendimento, o mesmo é "muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado". (sic).

Dado à inconsistência de sua argumentação, parece-me que o veto governamental

deverá ser julgado inteiramente improcedente.

A alegação de que a manutenção do artigo seria contrária "aos superiores interesses do Estado" não tem qualquer sentido, pois que através de sua redação verifica-se, indubitavelmente, que o seu objetivo maior é assegurar à entidade beneficiada o pleno acesso aos direitos e garantias que lhe são outorgadas pelo próprio projeto que, diga-se de passagem, na sua essência foi sancionado.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta Egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres Membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja REJEITADO.

Sala das Sessões, em 10.03.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 180/90 - veto aposto ao Projeto de Lei nº 488/90, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o colégio cenecista Marechal Artur da Costa e Silva, ensino de primeiro grau, do município de Japira/PR. Com PARECER da C.C.J., pela rejeição do veto, por unanimidade.

Curitiba, 12 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 319/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 488/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Artur da Costa e Silva, Ensino de 2º Grau, sediado no município de Japira, neste Estado.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação esclarecendo que o Colégio em questão é mantido pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, estando legalmente constituído e em regular funcionamento, não se justificando, de maneira alguma, a pretendida estadualização, também porque inexiste qualquer manifestação por parte daquela Entidade mantenedora, nesse sentido.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 488/90, encontra-se publicado no D.A. n° 110, de 19.09.90)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

PROPOSIÇÃO N° 180/90 - VETO TOTAL

PROJETO DE LEI N° 488/90

SÚMULA: Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio cenecista Marechal Artur da Costa e Silva, ensino de 2° grau.

Aprovado em Plenário em data de 07 de novembro de 1990, o Projeto de Lei 180/90, de autoria do ilustre Deputado Caíto Quintana, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que, tempestivamente, vetou-o em sua totalidade.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 17 de dezembro de 1990 através do ofício DTL/N° 360/90, protocolado sob n° 10.231, e, na forma de Proposição, foi autuado sob n° 180/90.

Finalmente, à 06 de março de 1991, o veto foi encaminhado a esta Comissão para emissão do necessário parecer.

O veto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado fundamenta-se em razões que estão em evidente desacordo com os critérios estabelecidos pelo art. 71, § 1°, da Constituição Estadual, e que deverão ser rigorosamente observados pelo Poder Executivo.

Em nenhum momento o veto governamental arguiu a inconstitucionalidade do projeto, e, muito menos, apontou qualquer circunstância que pudesse contrariar o interesse público, únicos motivos que ensejariam e justificariam o seu poder de veto.

É evidente pois que o veto é inteiramente improcedente e nestas condições, opinamos no sentido de que esta egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja REJEITADO.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 089/90 - veto aposto ao Projeto de Lei n° 23/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (IPE), relativos à contribuição previdenciária patronal. Com PARECER da C.C.J., pela rejeição do veto, por unanimidade.

Curitiba, 29 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 045/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 023/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias existentes junto ao Instituto de Previdência do Estado serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, divididos em parcelas mensais de igual valor e que, caso descumpridas tais condições, o débito será considerado vencido em sua totalidade.

O não acolhimento ao projeto de lei em exame decorre de pronunciamentos expedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais esclarecem que o Tesouro do Estado não tem condições para suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente quatrocentos milhões de dólares e, ainda, que inexistente qualquer possibilidade ou fonte de obtenção de recursos orçamentários nesse montante.

Por outro lado, vale frizar que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressivamente na área em que o IPE também atua, mencionando-se, como exemplo, os gastos com proventos de inatividade de funcionários estatutários - ressaltando-se que aposentadoria é uma das formas de previdência - cujas despesas atingiram, no mês de abril, 37% do valor total da folha de pagamento, ou seja, cerca de dois bilhões de cruzeiros. Ainda, o Tesouro tem constantemente repassado verbas ao IPE. Isso tudo significa dizer que o montante desses encargos que o Estado vem assumindo suplanta o apontado débito para com o Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Esses motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 23/90, encontra-se publicado no D.A. n° 02, de 19.02.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

PROPOSIÇÃO N° 089/90 - VETO TOTAL

AO PROJETO DE LEI N° 023/90

SÚMULA: Estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) relativos às contribuições previdenciárias patronal.

Aprovado em Plenário em data de 19 de abril de 1990, o Projeto de Lei nº 023/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, foi encaminhado à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, tempestivamente, vetou-o em sua totalidade.

O veto foi devidamente comunicado à Presidência desta Casa em data de 30 de maio de 1990, através do ofício DTL/Nº 124/90, protocolado sob nº 4.717, e, em forma de Proposição, foi autuado sob nº 089/90.

Finalmente, à 6 de março de 1991, o veto foi encaminhado a esta Comissão para emissão do necessário parecer.

O veto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado teve dupla fundamentação:

1 - que o Tesouro do Estado não tem condições para suportar os encargos provenientes da medida, que somariam aproximadamente quatrocentos milhões de dólares;

2 - que inexistente qualquer possibilidade ou fonte de recursos orçamentários nesse montante.

Acrescenta ainda, o Senhor Governador, a título de argumentação, "que o Estado, através de recursos do Tesouro, vem investindo expressamente na área em que o IPE também atua", e que as verbas que o Tesouro tem repassado suplanta o apontado débito para com aquele Instituto de Previdência.

Em que pesem os fundamentos expedidos pelo Chefe do Executivo Estadual, o veto está em desacordo com os critérios estabelecidos e limites fixados pelo § 1º do art. 71 da Constituição Estadual, e que deverão ser observados pelo Senhor Governador quando pretender apor o seu veto a autógrafos editados pela Assembléia Legislativa.

No caso, a justificativa governamental não preenche as exigências legais. A inconstitucionalidade sequer foi arquiada, mesmo porque inexistente, já que o projeto visa exatamente dar cumprimento ao que foi determinado pelo artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Igualmente, o veto governamental não se baseou em circunstâncias que pudessem ser consideradas como contrárias ao interesse público, mesmo porque o pagamento de suas dívidas previdenciárias como de resto qualquer outra, é um dever e uma obrigação do Estado.

Se esse dever e essa obrigação existem deverão ser cumpridas, não só por seu efeito econômico, mas também, e principalmente, por seu efeito ético, como aliás

muito bem ressaltou o eminente autor do projeto, quando da apresentação de sua justificativa.

Nestas condições, opinamos no sentido de que esta Egrégia Comissão, pela totalidade de seus ilustres Membros, emita parecer no sentido de que o veto governamental seja REJEITADO.

Sala das Comissões, em 19.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator.

O VETO nº 124/90 foi solicitado adiantamento pelo autor. Está adiado.

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta e dois Srs. Deputados votaram.

Designo a mesma Comissão: Alceu Swarowski, Paulo Maia, Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

(Procede à apuração dos votos).

Votaram 42 Srs. Deputados. Pela manutenção do veto: 21 votos; pela rejeição do veto: 21 votos. Está mantido o veto.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei 29/91...

O SR. FLORISVALDO FIER (DR. Rosinha) - Sr.

Presidente, o ponto 3 da pauta, proposição nº 89/90 foi pedido destaque quando estava presidindo a Mesa o Deputado Algaci Túlio, e foi destacado. Consulto Vossa Excelência se não será votado este veto agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não estava presente quando foi requerido o destaque, mas a Presidência tem pautado a sua conduta nos atos em que o Deputado é o autor, de atender à solicitação do autor, no caso o autor é o Deputado Antônio Annibelli que solicitou o adiamento da votação do veto nº 89/90.

O SR. FLORIVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Sr.

Presidente, pela Constituição Estadual, art. 71, § 6º e pelo Regimento Interno, art. 215, § 3º, não permite adiamento. Ainda no Regimento Interno, art. 159 diz que "os adiamentos de discussão se darão nos casos de projeto". Segundo o art. 22 são projeto de lei, de resolução e Decretos Legislativos.

Portanto, o veto não entra ainda como projeto identificado no art. 122.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O veto também é um projeto, Deputado. Eu acho que a Mesa está agindo com liberalidade no caso. Confesso que estou extrapo-

lando o Regimento Interno. Mas, a minha conduta nesta Casa, como Presidente, tem sido no sentido de prestigiar os autores do Projeto. No caso, o Deputado Antônio Annibelli requereu o adiamento e a Mesa concedeu.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mas a Mesa prestigia o autor do Projeto mesmo desrespeitando o Regimento Interno e a Constituição Estadual?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De vez em quando a gente viola um pouco o Regimento Interno.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Obrigado por confirmar que não respeita a Constituição do Estado e o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, quando tiver o mesmo caso, também será atendido. É uma questão de manobra parlamentar, Deputado. O Deputado Antônio Annibelli de certo não tem condições hoje de promover a rejeição do veto e solicitou o adiamento.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Apenas para, não contradizendo o Deputado Rosinha e indo em acordo com a decisão de Vossa Excelência, dizer que já que não se cumpre a Constituição Estadual, que no seu art. 38, das Disposições Transitórias, que manda o Estado pagar a parte patronal em 180 meses, não sermos nós que fomos os autores desta Emenda, e que o Governo não cumprindo determinação da Constituição, além de vetar um Projeto de nossa autoria, que apenas transcrevia o artigo, a letra da Constituição, um Governo que veta um projeto de um Deputado que cumpre a Constituição acho que não merece até o respeito desta Casa.

Eu acho que hoje, Deputado Rosinha, não seria o dia para nós, inclusive os do PMDB, que numa outra oportunidade... E somos sabedores de que Deputados do nosso grupo estão ausentes, e usando uma tática democrática é que fiz este apelo.

Agradeço o Senhor Presidente pela liberalidade e pelo deferimento deste requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, consulto à Mesa se o Deputado Annibelli reapresentou o requerimento, porque no início da discussão dos vetos, o Deputado Algaci Túlio, na Presidência da Mesa, anunciou o requerimento e nós levantamos uma questão de ordem da impossibilidade de se retirar da Ordem do Dia os vetos e, naquela ocasião, o Deputado Algaci Túlio anunciou o não recebimento do requerimento do Deputado Antônio Annibelli.

li. Nós concordamos com a prática que Vossa Excelência adota; mas, parece-me, neste momento, a proposição deixa de ser do Deputado Antônio Annibelli e sim do Poder Executivo porque se trata de veto e não mais de projeto. E se assim entender Vossa Excelência de que o Projeto 23, hoje Proposição 89, seja retirado, esta Liderança encarece a Vossa Excelência que nos esclareça por quantas sessões e, se possível, em que dia voltará.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, peço que Vossa Excelência mantenha o veto de acordo com o Líder do PMDB que quer que vote. Peço para que a Bancada de Oposição se retire de plenário e o PMDB que vote o veto.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, acredito que o Deputado Antônio Annibelli levantou uma questão muito séria, que o Governo do Estado não vem cumprindo a Constituição Estadual, e quando levantei a minha questão achando que esta Casa não devia desrespeitá-la e acreditando que todos os Parlamentares derrubassem tal veto, fazendo cumprir a Constituição Estadual, porque acredito que este é o papel dos legisladores.

Fazer cumprir o que está na Lei. E o que está na Lei manda que se pague a parte do Estado ao IPE.

Portanto, ao fazer esta questão de ordem, acredito ainda que se colocado em votação, os Deputados que juraram em seu primeiro dia de posse respeitar a Constituição Estadual e Federal, assim procedesse, derrubando tal veto, uma vez que Álvaro Dias desrespeitou constantemente a Lei e nós não devemos nos somar a isto.

Foi acreditando que fiz aquela questão de ordem inicial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mantenho a minha decisão. O veto está retirado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 29/91, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 06/91), que dispõe sobre aprovação de crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 1.160.155.000,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, cento e cinquenta e cinco mil cruzeiros), para a construção do ambulatório médico do Hospital Universitário de Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que fôsse constado na chamada de hoje, a ausência do Deputado Arthur Ritti.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder à verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para que se proceda à verificação de votação solicitada pelo Deputado Annibelli, nós solicitamos que Vossa Excelência determine a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a verificação de votação.
Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.
26 Senhores Deputados aprovam.
Vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 32 Trinta e dois dos Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Os Senhores Deputados que responderam à chamada nominal, participam da votação e não podem se retirar do Plenário, durante a confirmação da votação deste Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Durante a chamada nominal, me veio à memória que nós temos o painel eletrônico a ser instalado.

E Vossa Excelência disse que está tomando providências e que até esta semana, me parece, estaria em funcionamento. E hoje, mais do que nunca, demonstra a importância deste instrumento para a agilização dos trabalhos da Casa.

Nós estamos aqui hoje, praticamente por vinte minutos, ouvindo a chamada nominal.

Então, gostaria até para informações ao Plenário, sei que Vossa Excelência já tomou as providências, disse que esta semana estaria em funcionamento o painel, nós gostaríamos de saber informações atuais sobre o caso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é persistente. A firma informou que esta semana traria o restante do painel, com os novos nomes. E eu espero que ela cumpra com esta obrigação.

Mas, se Vossa Excelência quiser, a Mesa designa Vossa Excelência para ir até o Rio Grande, às expensas da Assembléia, para tratar deste assunto. Eu ficaria grato a Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Obrigado, Excelência. Mas, infelizmente não faço parte da administração da Casa.

Nós, democraticamente, perdemos a eleição. E eu conto com a presteza e a competência que Vossa Excelência tem demonstrado ao longo dos anos para compelir a empresa que assumiu o compromisso de entregar possivelmente deve ter sido aquela que vendeu o equipamento e certamente tem o compromisso de entregá-lo em pleno funcionamento, o mais rápido possível.

Tenho a certeza de que Vossa Excelência saberá agilizar, melhor do que a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos agilizando e temos interesse que o painel esteja funcionando, o mais breve possível.

Mas, reitero o convite a Vossa Excelência. Nós vamos manter entendimento com a firma, ainda hoje, para ver se esta semana o painel está instalado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 80/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Hospital São Vicente de Paulo, sediado em Pitanga/Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 85/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APPAE, de Alto Piquiri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, pela apreciação em Plenário. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que concede Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Coronel Cândido Alves de Souza. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento nº 787, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. (Aprovado). A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 805, 782, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 788, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 779, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do

expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 783, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 797, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 804, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Deferida a solicitação.

Requerimentos n°s 784, 785 e 786, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 789, 790, 791, 792, 793 e 794, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 800, 801, 802 e 803, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 780 e 781, de autoria

do Senhor Deputado Albino Corazza, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 795, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 92/91, 98/91 e 104/91.

Levanta-se a sessão.